

Outras geografias: notas para um debate epistemológico

Prof. Dr. Ivaldo Lima
Universidade Federal Fluminense

Introdução

Toda vez que se propõe um debate epistemológico sobre a geografia, parece que as bases de um sólido edifício ameaça ruir, ou então, o que é pior, insinua-se uma discussão estratosférica sobre os fundamentos filosóficos da disciplina, seus postulados, seus paradigmas. E que, ao final desse debate, não restará coisa alguma interessante ou pragmática. Por isso, fazemos uma advertência, logo de saída: debater a(s) epistemologia(s) da geografia, é, acima de tudo, pensar criticamente os horizontes dessa disciplina. O que se está fazendo e por que se está fazendo esse ou aquele tipo de trabalho geográfico? Essa é uma questão crucial da epistemologia, que é uma reflexão sobre a cientificidade da ciência, ou seja, um retorno crítico ao conhecimento apresentado ao público - acadêmico ou geral - como sendo um conhecimento científico. Trata-se de uma investida nas razões de ser da própria ciência.

Nesse sentido, gostaríamos de trazer à baila questões sobre a relação entre a geografia e a ética, a geografia e a moral, à luz de trabalhos empíricos que são realizados contemporaneamente. Nosso objetivo é apresentar e discutir pontos relevantes acerca de geografias ignoradas ou esquecidas, subalternizadas ou secundarizadas, aquilo que genericamente se poderia denominar de outras geografias. Em resumo: falaremos do que não aparece como importante, o que não é reconhecido como tal. O que parece não ser relevante, sendo.

Nossos questionamentos

- Como fazer a correspondência entre novos horizontes da era atual, do meio técnico-científico informacional com os novos horizontes da geografia?
- Como proporcionar o encontro da geografia com o mundo - inteiro - sempre à espera de uma decifração?
- Como expandir esses horizontes da disciplina geografia na perspectiva de uma epistemologia crítica? Em outras palavras, como reinstrumentalizar teórica e metodologicamente a geografia para que ela seja, de fato, capaz de sugerir interpretações, explicações, análises, enfim, imagens acerca do mundo contemporâneo?
- Como ler o mundo, em suas múltiplas escalas e dimensões espaciais entrecruzadas a partir da geografia? Um mundo que em seu estado atual recebe denominações como: nova (des)ordem mundial, nova Idade Média, geopolítica do caos, da complexidade, das fraturas, segunda modernidade, modernidade radical, hipermodernidade, pós-modernidade... modernidade líquida.

O que propomos é um mergulho epistemológico sobre a geografia que se faz e que se ensina no presente momento. A questão fundamental é: que geografia afinal, é essa? Seria possível falar numa geografia hegemônica, dominante, legítima que contrasta e contraria outras geografias, subjugadas, estereotipadas, invisibilizadas, pouco acessíveis, intangíveis, estigmatizadas, efêmeras, fugazes e frágeis? Em suma, essas outras geografias seriam compostas por dinâmicas territoriais da sociedade contemporânea que nem sempre nos saltam à vista. É preciso ter olhos para vê-las, para retirá-las da invisibilidade. Nesse sentido, nossa questão fundamental sofre um giro e se torna mais específica, mais profunda: que outras geografias, afinal, são essas?

Então, eu vim aqui para discutir essas outras geografias. Queremos enxergá-las como legítimas, entender seus contornos, avaliar seu alcance, reconhecer sua relevância, comprometê-las com uma nova epistemologia. Torná-las parte integrante e indissociável do novo horizonte ou dos novos horizontes da geografia atual.

Nosso ponto de partida não poderia ser diferente da preocupação em reconhecer o outro como legítimo. As outras geografias correspondem à perspectiva de que o mundo do outro é possível, superando a noção, tornada já antiga, de que um outro mundo é possível. Assim, temos que as outras geografias são as geografias do outro. De outros atores sociais que não os dominantes e hegemônicos: as geografias dos indígenas, dos ciganos, dos homossexuais, das atividades ilícitas dos narcotraficantes, prostitutas e contraventores, dos bicheiros, dos camelôs, dos travestis, dos favelizados, de prostitutas, dos guetos e de tribos urbanas (*punk*, *plocs*, *funk* etc.), das religiões afro-brasileiras, dos despossuídos – explorados e expropriados, na cidade e no campo, enfim, dos excluídos socialmente, ou, como o quer José de Souza Martins, dos precariamente incluídos. Daí o surgimento de novos territórios, novas regiões, novas ruralidades, novos espaços dissidentes. Daí o contraste com os recortes tradicionais e convencionais: território nacional, do sisal, do agronegócio, federal etc.

As outras geografias confundem-se com geografias subversivas. Isso porque o outro é potencialmente visto como ameaça, sobretudo à ordem vigente, daí resultando a possível subversão dessa ordem, logo um outro subversivo e suas geografias igualmente subversivas. Assim é que, geógrafos contemporâneos fazem emergir novos temas, novas abordagens como, por exemplo, os trabalhos de Joan Nogué e Joan Romero, “*Las otras geografías*”, de Tracey Skelton e Gill Valentine, “*Collplaces. Geographies of youth cultures*”, de John Short, “*Alternative geographies*” e de Joseli Silva e outros com seu livro “Geografias subversivas” para citar trabalhos europeus, norte-americanos e brasileiros, respectivamente.

Mas, retomemos a questão do outro. Ela se insere, evidentemente, no âmbito da ética e da moral, por envolver questões específicas de como viver junto, como conviver, como compatibilizar socialmente visões de mundo, já que toda ética é, antes de mais nada, uma ótica e toda moral uma forma de convívio.

Por isso a preocupação do filósofo André Comte-Sponville nos parece bastante oportuna, quando ele se pergunta se o capitalismo é moral. O filósofo reconhece que, em sociedade, nem tudo é permitido, emergindo daí a pergunta crucial: então, o que é permitido? Como colocar limites, como lidar com o problema dos limites? E, a partir disso, nos perguntamos, o que é permitido à geografia abordar? Quais são os limites do fazer geográfico? O que o geógrafo-professor pode fazer? Enfim, quais são os limites e os horizontes possíveis da geografia (ou como quer Ruy Moreira, “para onde vai o pensamento geográfico?”). Trata-se de uma dupla questão, porque ela contém uma dupla natureza: a) uma é de caráter epistemológico – um retorno crítico ao conhecimento produzido pelos geógrafos; b) a outra, é de caráter dialógico - a relação da geografia com a ética, um horizonte ainda pouco explorado pelos geógrafos, com exceção de alguns de língua inglesa como David Smith, que escreveu “Geografias morais” – um bom livro, Robert David Sack, que escreveu “*Homo Geographicus*” e uma coletânea organizada nos Estados Unidos por James Proctor sobre geografia e ética, além de alguns verbetes em dicionários de geografia, como aquele organizado por Derek Gregory, “Dicionário de Geografia Humana”.

Mas retornemos à preocupação do filósofo André Comte-Sponville. Ele reflete sobre o que é legítimo ou ilegítimo. Isto é, uma reflexão sobre o conjunto daquilo que é moralmente aceito – legítimo. Eis o problema dos limites entre o que é o que não é legítimo, entre o que se pode e o que se deve fazer. O autor recorre à identificação de ordens ou domínios ou níveis, que tendem a regular ou limitar uns aos outros. Vejamos quais são: o primeiro é o nível ou ordem tecnocientífica; o segundo, o nível ou ordem jurídico-política; o terceiro, o nível ou ordem moral; o quarto, o nível ou ordem ética. Vejamos essas ordens em detalhe.

1. A *ordem tecnocientífica* é estruturada, internamente, pela oposição entre o possível e o impossível. Segue o princípio ou lei de Gabor, quer diz: “todo o possível será sempre feito”. Na biologia, por exemplo, podemos nos perguntar se é possível manipular a genética é clonar uma espécie, inclusive a humana. Tudo que a biologia pode responder é que essa manipulação genética é tecnicamente possível ou que talvez será possível no futuro, mas a biologia não é capaz de responder se é necessário fazer isso. É possível, em outro exemplo, fazer uma geografia da prostituição ou do narcotráfico nas grandes cidades? Isso deve ser feito e depois ensinado nas aulas de geografia? Percebe-se que somos tentados a estabelecer um limite a essa ordem tecnocientífica e somente a podemos limitar do exterior. Então surge outro nível ou outra ordem.

2. A *ordem jurídico-política* corresponde à lei, ao Estado. Juridicamente, há o que a lei autoriza (o legal) e o que a lei veda (o ilegal). Politicamente, há os que têm e os que não têm competência para fazer a lei, em última instância, definir o legal e o ilegal. Então, imaginemos um indivíduo perfeitamente respeitoso da lei,

da legalidade. É o legalista perfeito. Contudo, nenhuma lei veda a mentira, o egoísmo, o desprezo, o ódio, a maldade. Esse indivíduo legalista pode ser mentiroso, egoísta, cheio de ódio, de desprezo, numa palavra, mau. Seria um canalha legalista?

Lembramos que recentemente no Brasil o Supremo Tribunal Federal estava julgando a legalidade das pesquisas genéticas com células-tronco, toda a discussão se um embrião humano já é ou não uma pessoa humana. E na pesquisa e no ensino de geografia, pode-se pesquisar e ensinar tudo o que se quer? O que dizem as leis?

É preciso limitar essa ordem jurídico-política, para escapar do espectro do canalha legalista, pois não há limites jurídicos ou políticos ao direito e à política. Somente podemos limitá-la, mais uma vez, do exterior, ou seja, pensar em outra ordem ou nível, mais abrangente. Vê-se a necessidade de limitar a técnica, a ciência, o direito e a política.

3.A *ordem da moral e da ética*. Trata-se da consciência moral. Essa ordem é estruturada, internamente, pela oposição entre o bem e o mal, entre o dever e o proibido. Está em jogo o conjunto do que vale ou se impõe incondicionalmente, para uma consciência. Podemos aqui inserir a discussão da imaginação geográfica, que David Harvey redenomina consciência espacial. Para o filósofo I. Kant, a moral é o conjunto de nossos deveres, das obrigações ou das proibições que impomos a nós mesmos. Moralmente, há o que devo fazer (o dever) e o que não devo fazer (o proibido). A moral é um recurso humano que resiste à selvageria e à barbárie. Essa ordem não precisa, por seu turno, ser limitada, ela precisa ser completada. A ordem ética completa a ordem moral. A ordem ética é estruturada, internamente, pela oposição entre o justo e o injusto, a alegria e a tristeza. Ético é tudo o que se faz por amor. Amor à verdade, à liberdade e à humanidade ou ao próximo. Acrescentaríamos o respeito à verdade, à liberdade, à humanidade, e, em outras palavras, ao outro.

Retomamos, nesse ponto, a questão fundamental de nossa reflexão que é a legitimidade do outro, o reconhecimento do outro como moralmente/eticamente legítimo, em resumo válido. Como aplicar, então, essa ordem ou nível à prática profissional do geógrafo? Como lidam os geógrafos com as ordens tecnocientífica, jurídico-política e ético-moral? Parece-nos que com as duas primeiras ordens, os geógrafos lidam muito bem, os avanços técnico-científicos na geografia são elogiáveis, bastando citar o exemplo do geoprocessamento; no que tange à ordem jurídico-política também nos parece razoável a adequação do trabalho de uma profissão regulamentada, com suas atribuições legais bem definidas, com registro no CREA etc. Já no que diz respeito à ordem da moral e da ética, parece-nos um campo aberto a discussões e reflexões. Há sinais de vida nesse âmbito, tanto em seu aspecto mais teórico – através das obras que citamos de D.Smith, J. Proctor, R.Sack, D. Gregory, T. Skelton e G. Valentine – quanto no aspecto empírico, com trabalhos publicados na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil, os quais exemplificaremos adiante.

São as outras geografias que se configuram, por conseguinte, a partir da conjunção ou articulação entre essa teorização e essa aplicação empírica. As outras geografias, das quais tratamos, são uma expressão viva de um novo diálogo com e contra a lógica. É a sinalização de uma nova lógica ou, para sermos mais precisos, a superação de uma lógica formal, fechada e antiquada, segregadora, por outro tipo de lógica, dialética, aberta e inovadora, integradora. Uma lógica que distingue sem separar, que diferencia sem isolar, portanto, uma lógica complexa, como alerta o francês Edgar Morin. Trata-se da superação de uma lógica que se pretende absolutista e imperialista por outra que se pretende relativista e conciliadora, ou nas palavras do autor, uma lógica refém do paradigma de simplificação que precisa ser superada pela lógica da complexidade, pois

[a] simplicidade vê o uno, ou o múltiplo, mas não consegue ver que o uno pode ser ao mesmo tempo múltiplo. Ou o princípio [a lógica] da simplicidade separa o que está junto (disjunção) ou unifica o que é diverso (redução). (MORIN, 2006, p.59)

Então, numa perspectiva geográfica, como aplicar essa lógica de complexidade, que procura rejeitar, religar, unir e não separar, isolar, (in) comunicar? Como fazer um trabalho geográfico no qual se articulem o lícito com o ilícito, o global com o local, o científico com o senso comum, o conceito com a metáfora, a autonomia com a dependência, o central com o periférico, o ancestral com o moderno, a ruralidade com a urbanidade, o espaço com o tempo? Ou ainda, como sistematiza Fortin (2007, p.237-238), como lidar metodologicamente com os pares dialógicos ordem/desordem, todo/partes, uno/diverso, uno/múltiplo, sujeito/objeto, certeza/incerteza, intenção/ação, direito/dever, inclusão/exclusão, em si/ para si, enfim, eu/ outro?

Existem, como já alertamos, alguns trabalhos aplicados que desbravam esse horizonte geográfico, rompendo com uma ortodoxia socioespacial que vem engessando (e, às vezes, até fossilizando) a produção científica dos geógrafos. Romper com essa ortodoxia socioespacial não significa renegar o passado da disciplina, julgá-lo inútil ou insuficiente, ao contrário, significa aprender com esse passado a pensar e construir o futuro, tornando esse passado mais útil do que parece ser, mais interessante do que realmente é. Isso requer, isso exige, uma abertura maior para a imaginação geográfica, ou seja, para consciência espacial.

Vejamos alguns exemplos desses trabalhos aplicados - empíricos - realizados por geógrafos.

A festa: o desafio do efêmero, do fugaz

Na França, o renomado geógrafo Guy Di Méo organizou uma coletânea de trabalhos em seu livro “A Geografia em festas”. Nesse livro, o autor reuniu análises regionais e locais que apontam a festa como elemento norteador das pesquisas. São trabalhos que procuram revelar como essas comemorações são vetores de estruturação e de ordenamento do território, que procuram esclarecer que as festas – os eventos religiosos, esportivos, artísticos ou simplesmente lúdicos – sinalizam um lugar geográfico no mapa, colocam em evidência localidades que, a partir desses eventos festivos, ganham visibilidade. Para o autor, um dos significados da festa está no seu poder de mobilizar ou forçar as identidades geograficamente.

No Brasil, são conhecidas as festas e festivais, mais midiáticos como o Círio de Nazaré em Belém, o carnaval de Recife, Salvador ou Rio de Janeiro, a Oktoberfest em Blumenau, o Festival do Boi Bumbá em Parintins, os rodeios de Barretos, a Cavalhada em Goiás ou o Festival de cinema de Gramado, o São João festivo de Caruaru e de Campina Grande. Mas, o que dizer da Festa do Tomate em Paty do Alferes, da Festa do Caqui em São José do Vale do Rio Preto, do Festival da Cachaça em Paraty ou da Festa de Nossa Senhora da Penha no Rio de Janeiro, apenas para citar exemplos fluminenses?

A festa é uma forma legítima de produção de identidade cultural e territorial e também pode implicar uma (re)definição das identidades que, não raramente, são vendidas no mercado de cidades. Isto é, são apropriadas pelo *city marketing*. Então, pergunta-se Amélia Bezerra: qual é o papel da festa na (re)afirmação das identidades locais? Certamente, a festa é uma produção social e de memória, plena de tensões e ambiguidades. O que define um espaço como festivo? Quem são os sujeitos responsáveis por essa produção? Eles são considerados legítimos? E quando o poder público é o organizador da festa, o ritual festivo adquire um caráter regulador? Há manipulação do gosto, da opinião pública?

Amélia Bezerra explora o exemplo de Mossoró, cidade espremida entre o sertão e o litoral, no Rio Grande do Norte, que se desenvolve em função do sal, da agroindústria, do comércio e do petróleo; mas que também é conhecida como cidade da cultura – cultura da festa. O calendário festivo (e de eventos para o grande público, como feiras) é expressivo:

Junho – Mossoró Cidade Junina – Santo Antônio, São Pedro, São João

Julho – Festa do Bode – Feira Agropecuária

Agosto – Feira Industrial do Comércio do Oeste

Setembro – Carnativa – Carnaval fora de época

Outubro – Vaquejada Porcino Costa – Calendário Nacional de Vaquejadas

Dezembro – Festa da Padroeira – Santa Luzia

A questão que se coloca: festa ou espetáculo? Processo Social ou mercadoria? Promoção da identidade ou do *city marketing*? De quem e para quem, afinal, é a festa? De quais festas/quais sujeitos festivos estamos falando?

Outro exemplo empírico é o *funk* no Rio de Janeiro. O geógrafo Leonardo Ferreira desenvolveu uma tese de mestrado na Universidade Federal Fluminense sobre a multiterritorialidade do *funk*: do circuito marginalizado ao midiático. Então, se reconhecem no mundo do *funk* as modalidades: *funk* de corredor, baile violento, das áreas periféricas da metrópole; baile de Favela, organizado pelas comunidades locais – das favelas – mas frequentados pela classe média da cidade; baile domesticado ou midiático, surge da cooptação do *funk* pela mídia e pela massificação de seu consumo, executado em *boites* e casas de *show*

da zona sul da cidade e na TV. Hoje, haveria possibilidade de se falar em “*funk* pacificado”, aquele baile das favelas cariocas ocupadas pelas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), com elevado controle do comportamento dos participantes? Então, nessas modalidades socioespaciais do *funk* carioca, quem são os seus protagonistas? São atores sociais hegemônicos? Que imagem da cidade se atrela a essa manifestação cultural popular? Como fica o seu significado como movimento cultural popular e a proposta já efetivada da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro de conceber o *funk* como patrimônio cultural (imaterial) da sociedade? Quem é o outro, nesse processo, ele se dissolve na homogeneização da palavra “sociedade”?

O Corpo: o desafio do invisível, do oculto

O corpo não tem recebido a atenção merecida nos textos de geografia humana convencionais; não o corpo como objeto de conhecimento científico na perspectiva de seus significados socialmente construídos. O corpo socialmente conhecido parece construir geografias invisíveis, territórios ocultos, paisagens incógnitas. Territórios desconectados e marginalizados que servem mais para descartografar do que para evidenciar uma marcação no espaço. Esses territórios (visíveis e invisíveis) são construídos dentro de um jogo complexo e cambiante de relações de poder, de gênero, de classe, de religiosidade, de crença. O corpo como espaço social *per se* é novidade na geografia. A geografia considera convencionalmente a sociedade como um conjunto neutro, assexuado, homogêneo, a não ser para quantificá-la com pirâmides etárias por sexo, mas raramente... por sexualidade.

É assim que surge o trabalho do geógrafo galego Xosé Santos sobre os espaços dissidentes homossexuais na Espanha. Trata de analisar e evidenciar (tornar visíveis) zonas de contato entre *gays* em espaços públicos, reconhecendo seus impactos negativos e positivos. O autor detecta situações em que a comunidade *gay* é bem aceita quando participa ativamente na promoção econômica de um lugar geográfico, garantindo o funcionamento de restaurantes, cinemas e hotéis. E quando há situações outras em que essa mesma comunidade não é bem vista ou aceita em certos lugares.

Conclui-se que ser visível ou invisível (socialmente), legítimo ou ilegítimo, depende do olhar, do processo de construção social no qual se está inserido, enfim de relações de poder, algumas mais explícitas e outras mais dissimuladas e hipocritamente exercidas, mas sempre relações de poder. Nesse mesmo tema, os geógrafos Miguel Ângelo Ribeiro e Rogério Botelho do Rio de Janeiro enfocaram os espaços dissidentes de prostitutas e prostitutos na metrópole carioca, especialmente no bairro de Copacabana, analisando as territorialidades ali inscritas.

No sul do Brasil, no Paraná, a geógrafa Joseli Maria Silva, organizou uma coletânea de trabalhos científicos em seu livro “geografias subversivas, discursos sobre espaço gênero e sexualidades”, enfocando a cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade socioespacial, a espacialidade dos travestis, os elementos identitários de adolescentes em conflito com a lei, as tensões e corporalidades no espaço religioso católico, as representações do feminino na construção socioespacial da umbanda. A organizadora do livro ressalta que, embora

a epistemologia contemporânea (...) já tenha reconhecido que as teorias são sistemas de idéias derivadas de uma cultura que se difunde pela linguagem (...), ainda falta desenvolver, por parte dos produtores do saber científico, uma prática científica reflexiva em torno do “conhecimento do conhecimento”. (SILVA, 2009, p.26)

Joseli Silva aborda criticamente a luta pela visibilidade das mulheres, como objeto de conhecimento, na geografia. Em estudos de caso na cidade paranaense de Ponta Grossa, a autora faz reflexões muito inovadoras sobre os espaços interditos na experiência escolar das travestis. Corpos de travestis representam uma estética transgressora? Trata-se de uma questão socioespacial em sua interface com a moral? Moral e legitimidade: Como aplicá-las como recurso de análise no espaço geográfico?

Outro aspecto na abordagem da relação entre corpos e espaço geográfico pode ser verificado no projeto que, no ano de 2006, foi realizado em Barcelona envolvendo pessoas portadoras de necessidades especiais – algum tipo de deficiência física. Deficientes físicos fotografaram em Barcelona, com seus

telefones celulares, todos os obstáculos que não eram “visíveis” para os demais cidadãos, mas que para aquelas pessoas eram impedimento para uma vida cotidiana normal. Esses obstáculos, uma vez fotografados e enviados para uma página da *web*, foram situados na planta da cidade. Assim surgiu um novo mapa: o da Barcelona inacessível para uns poucos e invisível para a maioria. Um projeto similar foi pensado para o coletivo de prostitutas de Madri e outro com relação aos ciganos de León e de Lleida. Novos mapas geográficos emergiram da invisibilidade. Existe uma geografia invisível das prostitutas, dos portadores de necessidades especiais, dos ciganos. Então, como torná-la visível? Devemos torná-la visível? Trata-se de um objeto de conhecimento legítimo, moralmente aceito, eticamente válido? E as geografias induzidas por drogas ilícitas e alucinógenos, são geografias imaginárias, da evasão?

Outros corpos também grafam o espaço, marcam os lugares. Como pensar a geografia oculta dos músicos de rua, dos capoeiristas de espaços públicos, dos entregadores de pizza e seus percursos urbanos, dos mendigos e vagabundos, das tribos urbanas e suas territorialidades? E os territórios demarcados por *tags* e grafites? São espaços dissidentes, alternativos. Mas, existe produção do espaço sem os sujeitos que o produzem? Então, quem são esses sujeitos? Ou não são, sequer, reconhecidos como sujeitos? Eles parecem compor o vasto e incógnito universo do “outro”, por isso o que produzem espacialmente são “outras geografias”. Geografias nômades, invisíveis e, por isso ou apesar disso, concebidas habitualmente como insignificantes, pela maioria dos geógrafos.

O Medo: o desafio do intangível, do imaterial

Os geógrafos têm se aproximado recentemente da temática das representações sociais e seus vínculos com a produção do espaço, o que lhes permitiu tratar da questão das representações espaciais. Aqui se adentra no domínio da imaterialidade, isto é, da dimensão imaterial do espaço geográfico, tema um tanto quanto ausente ao longo da evolução do pensamento geográfico. A tradição mais forte da pesquisa geográfica repousa ainda sobre os pilares da objetividade e da materialidade de um objeto de estudo: o espaço. A dimensão simbólica, imaterial, portanto intangível desse espaço geográfico segue aguardando incursões investigativas, segue à espera de pesquisadores que desvelem e decifrem os seus significados; e, sobretudo, que desvelem as suas consequências sociais. O medo é uma das variáveis dessa dimensão imaterial do espaço; o medo é a um só tempo condição e consequência da organização do espaço, na perspectiva da produção simbólica desse mesmo espaço.

Em um outro trabalho (LIMA, 2004), discutimos o papel do medo na organização do espaço da cidade do Rio de Janeiro, distinguindo, sem isolar, o medo dirigido do medo espontâneo. Consideramos que o medo dirigido (ou concebido) é uma produção social, fortemente ancorada no reforço dado pelos meios de comunicação hegemônicos, e que se introjeta no próprio processo de produção do espaço. Daí a sensação de medo que muitos cidadãos desenvolvem em relação a determinados lugares da cidade nos quais esses indivíduos jamais estiveram. Uma sensação que é oriunda de fora e internalizada por força ideológicas poderosas. Desenvolve-se o que se denomina de topofobia – aversão ou medo de determinados lugares – em contraste com a topofilia – que é a expressão de um sentimento afetivo e/ou identitário com um lugar. Dessa topofobia resulta, então, outro comportamento socioespacial, amplamente discutido pelo geógrafo Yi-Fu Tuan, no seu livro “Escapismo”. O cidadão que vive com medo na/da metrópole é um escapista em potencial? Sua vida cotidiana resume-se aos espaços intersticiais da cidade que esse cidadão julga como sendo seguros. Seguro de quê? Seguro contra ou a favor de quem?

Essa relação entre o medo e a cidade gera sentimentos de insegurança cujas consequências são processos de contenção territorial, materializados por muros grandes, cercas e fossos que se vão multiplicando no espaço urbano. É a insegurança gerando imobilidade socioespacial relativa, cujo exemplo nítido pode ser o dos condomínios exclusivos ou “fechados” entre seus próprios muros. É nessa perspectiva que o geógrafo norte-americano Steven Flusty resolveu falar em espaços proibidos na cidade e suas modalidades: 1) *espaços espinhosos*, aqueles nos quais as pessoas não podem permanecer confortavelmente porque há neles objetos que dificultam a permanência como cacos de vidro, pregos, graxas, desinfetantes etc; 2) *espaços esquivos* aqueles nos quais as pessoas não têm acesso facilitado porque são protegidos por cercas,

grades, muros, arames eletrificados, pontes elevadiças, enfim dispositivos que visam a coibir ou impedir o acesso de pretensos usuários; 3) *espaços nervosos*, aqueles nos quais as pessoas são monitoradas todo o tempo eletronicamente por câmeras de vídeo instaladas por toda parte ou diretamente através do olhar atento de vigias, guardas, seguranças etc. Esses espaços proibidos se aproximam do que o sociólogo polonês Zigmunt Bauman resolveu chamar de espaços êmicos, ou seja, aqueles que tendem a expulsar as pessoas; são espaços que repelem os usuários ou os pretendentes a usuários. Esses espaços êmicos contrastam com os espaços fágicos, isto é, aqueles onde os usuários se sentem atraídos e acolhidos, desenvolvendo a sensação e o desejo de entrar neles e ali permanecer. Dois exemplos cristalinos de espaços êmicos e fágicos são, respectivamente, um presídio e um *shopping center*.

O sentimento de insegurança, a topofobia e os espaços proibidos remetem-se, em algum grau, à questão do medo. Vários trabalhos têm abordado essa relação entre o medo e o espaço geográfico. Poderíamos citar a coletânea organizada por Gutiérrez (2004) sobre a cidade e o medo, a partir de um colóquio científico promovido pela Associação de Geógrafos Espanhóis. Vale destacar o trabalho de Brito, nessa coletânea acerca da paisagem e o medo urbano. A autora ressalta a questão da imaterialidade da paisagem e o modo onipresente em Caracas exemplificando com a localidade de Los Cerros e sua pobreza. Uma representação que forma parte da materialidade da paisagem de Caracas. A violência e a pobreza de Los Cerros gera práticas sociais de ruptura com esse lugar, devido ao medo que dele deriva. Nesse sentido, poderíamos citar os exemplos da Baixada Fluminense, na região metropolitana do Rio de Janeiro e a imagem de violência e pobreza que nela se agrega, resultando num sentimento de medo ou topofobia em relação a essa área geográfica. A relação entre essa imagem ou representação sobre Baixada Fluminense foram estudadas, por exemplo, pelo geógrafo André Rocha, em sua tese de mestrado, defendida na Universidade Federal Fluminense em 2008. Igualmente, poderíamos citar os espaços favelizados e suas representações hegemônicas construídas de fora para dentro, de modo estigmatizante, cujas expressões são os atributos que caracterizariam as favelas como lugares da: 1) pobreza; 2) insalubridade; 3) periculosidade; 4) feiura; e 5) homogeneidade; ou seja, toda favela é suja, perigosa, feia, pobre e homogênea internamente e entre elas? Isso se expande aos seus moradores? Como lidar geograficamente com essas representações sociais hegemônicas? Engendra-se um sentimento de medo ou de aversão à favela em função dessas representações espaciais? Parece que o geógrafo precisa dizer algo sobre essa dimensão intangível do espaço, que são as representações, os sentimentos, especialmente o medo.

Ainda nesse âmbito da relação entre o medo e o espaço geográfico, parece-nos bastante interessante a coletânea de trabalhos organizados por Alcindo Sá (2007), intitulada “Por uma geografia sem cárceres públicos ou privados”. Desse conjunto de trabalhos, destacaríamos: 1) “Prisão e loucura; uma geografia de intensidade”, de Ana Preve; 2) “Cidade média com problemas de cidade grande: a insegurança, o exemplo de Garanhuns, PE”, de Luiz Carvalho e outros; 3) “A conversão de residências em prisões em Recife” de Luciana da Cruz; 4) “A geografia dos muros visíveis e invisíveis nas cidades contemporâneas”, de Santiago Vasconcelos e Alcindo Sá; 5) “Representação da violência na mídia”, de Patrícia Cunha; 6) “Por uma geografia do Cárcere: territorialidades nos pavilhões do Presídio Prof. Aníbal Bruno em Recife, PE”, de Raimundo Arruda e Alcindo Sá; e 7) “A geografia do medo nas salas de aula”, de Edjane Santos e P. Santana. Este último, um trabalho sobre a violência e o medo nas escolas públicas estaduais do bairro de Prazeres, em Jaboatão dos Guararapes, com altos índices de criminalidade, sendo considerado um dos mais violentos da região metropolitana do Recife.

Conclusão

Seguindo os passos dos geógrafos catalães Joan Nogué e Joan Romero, organizadores do livro “Outras Geografias”, procuramos evidenciar que o trabalho do geógrafo na pesquisa e em sala de aula não pode mais seguir ignorando importantes dinâmicas territoriais relacionadas à prática social de atores considerados periféricos, marginais e subalternos a ponto de serem tornados invisíveis, ocultos e esquecidos, juntamente com a riqueza de suas geografias. Nesse sentido, seria como jogar fora um tesouro, antes mesmo de tê-lo conhecido.

Referências

- BRITO, Moralba. El paisaje y el miedo urbano. In: GUTIÉRREG, O. (Coord). *La ciudad y el miedo*. Girona: GGU/AGE/Universitat de Girona, 2004.
- BEZERRA, Amélia. Festa e identidade: a busca da diferença para o mercado de cidades In: ARAÚJO,, F.; HAESBAERT, R. (Orgs.). *Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro: Access, 2007.
- COMPTE-SPONVILLE, André. *O capitalismo é moral?* São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- DI MÉO, Guy (Dir.). *La géographie en fêtes*. Paris: Ophrys, 2001.
- FORTIN, Robin. *Compreender a complexidade*. Lisboa: Instituto Piaget, 2007.
- LIMA, Ivaldo. La Ciudad compleja: entre el miedo dirigido y las re-existencias. In: GUTIÉRREZ, O.(Coord.). *La ciudad y el miedo*. Girona: GGU/AGE/ Universitat de Girona, 2004.
- MOREIRA, Ruy. *Para onde vai o pensamento geográfico?* Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2006.
- MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2006.
- NOGUÉ, Joan; ROMERO, Joan (Eds.). *Las otras geografías*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2006.
- SÁ, Alcindo (Org.) *Por uma geografia sem cárceres públicos ou privados*. Recife: Os Autores, 2007.
- SILVA, Joseli (Org.). *Geografias subversivas*. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2009.